

## IMAGENS DA SOCIEDADE CIVIL MACHADIANA

Rogério Augusto Lima de Britto  
Doutorando em Teoria Literária  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Esta comunicação se desenvolve a partir de um problema teórico central, materializado em um momento específico da história singular de nosso país. O ponto de partida inicial é discutir a partir de que maneira indireta, mediatizada, construída com cuidado, Machado de Assis foi capaz de desmontar os simulacros e ilusões criadas no terreno conflituoso da vida social do final do XIX e início do XX, contrapondo visões de mundo divergentes capazes de pensar tensões poderosas a partir de uma sociedade civil identificável.

A República brasileira surge do impasse, consolida-se na crise política e institucional e torna-se uma realidade em meio a contradições que não soube ou não pôde resolver. Por um lado, o processo republicano buscou apresentar-se como uma “revolução jacobina” na qual participaria, com demandas radicais, um contingente popular aceitável. No entanto, o que se viu, em boa medida, foi uma revolução pelo alto, quando as elites dirigentes se apropriaram do momento de transformação e substituíram os projetos de mudanças radicais por reformas.

No nosso entender, para se pensar a construção de uma sociedade civil republicana, deve-se reconhecer duas linhas de argumentação que são decisivas para a nossa exposição. Num primeiro plano, está a admissão da validade da tese de que não é possível pensar a história da República tendo a situação de dependência como externa à sua natureza. Os processos de modernização adensaram, simultaneamente, formações sociais cujas práticas de classe e forma histórica encontravam-se estruturalmente limitadas pela situação de dependência. A hipótese da República ser uma revolução passiva, pensada em sua potencialidade conceitual de explicar a

dimensão política dos processos de modernização, estaria dialogando, portanto, com a noção de revolução burguesa em países dependentes — no caso, o Brasil —, procurando avaliar, teórica e politicamente, as complexas situações de luta social e política.

Em segundo lugar e vinculado ao argumento anterior, podemos dizer que a ausência de iniciativa autônoma de uma classe dominante nacional contribuiu para que o governo republicano assumisse uma funcionalidade específica que serviu como um “Estado puro” que impulsionava a sociedade para mudanças e fabricava, de cima, a classe dirigente. Neste sentido, só podemos reconhecer as marcas de um processo de revolução passiva, se entendermos a mesma como uma autonomia considerável da esfera ideológica e uma evidente incapacidade de autoconstituição da sociedade.

Assim, a partir de uma linha mais geral de leitura, vamos continuar pensando o ritmo e o sentido da complexa e contraditória formação de nosso país, tendo como horizonte histórico as sociedades periféricas em acelerado processo de crescimento no período retratado. Por isso, as personagens de Machado de Assis — especialmente em *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires* — “que habitaram o cotidiano, o espaço, a imaginação real e da linguagem”,<sup>1</sup> foram capazes de compreender os nexos que vinculam economia e política e, por conseguinte, o lugar da República nos processos de afirmação da modernização capitalista. Assim, apontamos que o impulso para a renovação não pode ser visto como uma mera inversão de dicotomia em que deixa-se de lado o pensamento dialético e busca-se uma tomada de consciência através dos vários sujeitos sociais identificáveis capazes de levá-los a pensar ao nível do chão cotidiano da experiência histórica. Cabe notar que o impulso do progresso não se encontra intimamente vinculado a um vasto desenvolvimento econômico local, que é artificialmente limitado e

---

<sup>1</sup> BUENO, André. “Cidades brasileiras modernas: velocidade e violência”. In: *Terceira Margem: Revista de pós-graduação em Letras*. Rio de Janeiro, UFRJ, CLA, Faculdade de Letras, Ano 3, n.3, 1995, p. 107.

reprimido, mas que é o reflexo do desenvolvimento internacional que manda à periferia suas correntes ideológicas. Daí ficar difícil imaginar outras formas de se contrapor aos fluxos e movimentos de um pensamento conservador central que produz relações complexas e contraditórias entre hegemonia e contra-hegemonia, traduzindo-se em conflitos e lutas de diversos tipos.

Neste sentido, Machado de Assis entra nessa história de forma rica e saliente, como autor original e influente que abre espaço para a leitura da construção de uma sociedade civil brasileira através do olhar de seu Conselheiro Aires. Apresentado como um personagem silencioso e testemunha cética do ocaso dos “bons velhos tempos”, os quais não se pode afirmar sejam os tempos passados no Brasil ou os tempos em que o seu imaginário representava o país para os estrangeiros, quando Aires morava no exterior. Saudosista inconfesso, “sebastianista encoberto”, que retorna ao Rio como “ex-ministro aposentado” para ali “passar o resto dos seus dias”, embora sendo “homem de qualquer cidade (...) tinha particular amor à sua terra” e “A pouco e pouco o sabor dos costumes velhos, a nostalgia das salas, a saudade do riso...”.<sup>2</sup> Aires assiste sem engajar-se em coisa alguma, aos fatos que marcaram as grandes mudanças sociais do XIX no Brasil e, como “diplomata aposentado”, perdeu a noção da realidade brasileira e passa a ver os fatos com uma visão de quem viveu muitos anos no estrangeiro e aprendeu a representar uma pátria imaginária de quem permanece em exílio. Assim seus olhos vêem o Abolicionismo, a República e o Encilhamento como alguém incapaz de se associar aos acontecimentos e deles participar. Há no diplomata aposentado, rico e despreocupado, viúvo e sem amores, o esboço de uma consciência trágica do mundo que está vazio, perdeu o encanto e está distante de seus valores, indiferente às suas paixões, no qual a sua vontade não pode interferir. Mas o desencanto cede lugar ao sentimento de impotência, a ironia cobre as coisas indiferentes, sem penetrar no cerne do

---

<sup>2</sup> ASSIS, Machado de. “Esaú e Jacó”. In: *Obra Completa*. v. I, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997, p. 989.

ponto de maior divergência e motivo maior de revolta, pois “a ascensão de um governo — de um regime que fosse — , com as suas idéias novas, os seus homens frescos, leis e aclamações valia menos para ele que o riso da jovem comediante”.<sup>3</sup>

Aqui se situa o ponto central de análise da sociedade civil traçado por Gramsci. Para este, a realidade em sua totalidade não se reduz ao real, ao que é, mas abarca todas as virtualidades que se gestam no seu interior, ainda que não tenham alcançado o grau de evidência necessário para serem afirmadas totalmente. Daí porque, diversamente de Hegel, que se fecha no seu tempo, o olhar de Gramsci parte do presente, lança mão do passado, mas é para o futuro, campo totalmente aberto, que se dirige.

Por isso mesmo, as imagens da sociedade civil na *República machadiana* nos permite compreender um momento de ruptura sem cisão com o passado, dando início à modernidade, representando uma época de transição, como acentua Raymundo Faoro. É a vida urbana no Rio de Janeiro que foi profundamente afetada pela introdução, entre nós, das conquistas modernas num plano ainda periférico: a imprensa, o gás, a eletricidade, o transporte sobre trilhos.

“Eu gosto de contemplar o passado, de viver a vida que foi, de pensar nos homens que antes de nós, ou honraram a cadeira que V. Ex.a. Rvma. ocupa, ou espreitaram, como eu, as vidas alheias. Outras vezes estendo o olhar pelo futuro adiante, e vejo o que há de ser esta boa cidade de São Sebastião, um século mais tarde, quando o *bond* for um veículo tão desacreditado como a gôndola, e o atual chapéu masculino uma simples reminiscência histórica”.<sup>4</sup>

Sem subestimar o peso das estruturas e da base econômica, Gramsci — no melhor espírito da filosofia da praxis — estabelece uma dialética entre sociedade civil e sociedade política e tece uma justa relação entre as condições objetivas da realidade e a vontade de organização de sujeitos ativos capazes de construir livremente o “bloco histórico”.

---

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 998.

<sup>4</sup> ASSIS, Machado de. “História de 15 dias”. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997, p. 352.

Em *Esau e Jacó*, as personagens se movem, chocam-se, concordam ou discordam, entram em conflitos ou em crises para que o narrador possa desenvolver sua história, montar em atos e fatos cenários que serão vividos pelos personagens. Aires é a peça que desloca os elementos discordantes para uma espécie de ponto neutro, que gerará outros pontos de repouso a serem apresentados para permitir ao leitor a percepção da ironia que percorre o texto e desmonta as situações que poderiam mudar o rumo da realidade apresentada e que não pode ser desviada de sua linha. O narrador penetra nas zonas da historiografia brasileira que são difíceis para o historiador e desfaz as fronteiras entre o fictício e o real. Ele trabalha com o material rarefeito do imaginário, que nutre toda a matéria de “fatos e atos”, tratada em seu texto. Desse modo, vai introduzindo elementos, personagens, projetos, sonhos, certezas, conflitos que representam, de forma bem problematizadora, a complexa situação de confronto de ambientes que trabalham com regiões fronteiriças.

Escrever sobre si e seus circundantes, como fazem os narradores e personagens machadianos, é uma forma de representação do Brasil, e de representá-lo no seu interior emaranhado em *Esau e Jacó* e no sutil diário de *Memorial de Aires*. A história brasileira neles se apresenta, sutilmente, num ato mimético preso às histórias particulares dos personagens.

Talvez esse jogo se apresente mais claramente no *Memorial de Aires*. Neste, a técnica narrativa do narrador em primeira pessoa, que volta ao Brasil, depois de longo afastamento, cria um desnorteamento. Aires é, aparentemente, alguém que desconhece os acontecimentos da realidade brasileira pelos anos de ausência a que se viu obrigado, como representante do Brasil no exterior. Desse modo, Aires parece acompanhar os atos e os fatos, usando a “mesma luneta” sugerida ao leitor em *Esau e Jacó*, mas acaba por esquecer o caráter vago e sinuoso, obrigando o

leitor a acompanhar os seus passeios textuais. Fica, assim, mais fácil também estabelecer as relações entre o texto e o contexto e suas fontes de referência históricas.

No *Memorial de Aires*, os elementos estruturais parecem colaborar com uma “festa de encenação”, através da qual o narrador externa o seu prazer em relatar que a vida parece estar nos outros, respaldada pela convivência que se multiplica com o registro da escrita. Como o texto estrutura-se através das memórias e das reflexões de um suposto narrador que se coloca distante dos fatos, estes são apresentados de modo fragmentário, misturando-se ao vivido, o que se sabe por ouvir dizer e o que é fruto da reflexão.

Quando se examina o pensamento de Gramsci, logo se percebe que a ótica se desloca para a construção de sujeitos historicamente ativos e organizados em permanente conquista de sua hegemonia. Mais do que da opressão, Gramsci trata dos caminhos que levam a sair da submissão. Neste sentido, a sociedade não é pensada de forma binária, com projetos sociais fechados dentro de mundos separados. Tanto a burguesia como os trabalhadores, para Gramsci, estão imbricados na mesma complexidade de relações que se manifestam na sociedade civil, onde se disputa, palmo a palmo, o difícil terreno da hegemonia.

Por isso mesmo, Bárbara e Natividade se misturam em torno de atingir o significado transcendental, a explicação maior para o destino das duas crianças, onde o âmago do questionamento acaba por apresentar valores intrínsecos e que a explicação final e conclusiva acaba por findar-se em “coisas futuras”.

Num período marcado pelo grande número de ciganas, advinhas, feiticeiras e cartomantes que, por qualquer conto de réis, revelavam o destino daqueles que, em sua maioria, corriam da parte nobre da cidade em direção ao centro, para receber algum tipo de aconselhamento, no qual coloca Natividade como legítima representante dessa parcela burguesa da sociedade carioca que

vê em Bárbara — a cabocla do Morro do Castelo—, alguém que “sabe muito bem onde tem o nariz”.<sup>5</sup>

A ida ao Morro do Castelo era uma tarefa difícil e melindrosa para Natividade e Perpétua. “Tinham fé, mas tinham também vexame da opinião, como um devoto que se benzesse às escondidas”.<sup>6</sup> Posto de uma maneira muito simplista, poderíamos dizer que a condição social de Natividade não permitiria dar ouvidos às consultas e crendices populares. Porém, quando no dia 14 de junho de 1889, Machado de Assis escreve sobre o destino dos curandeiros na Corte, seu personagem, Policarpo, relata, em tom marcadamente nostálgico, o problema das estruturas de poder vigentes na sociedade carioca do período. São sinais da completa intolerância para com uma classe que, “se já não curam, é porque todas as coisas deste mundo têm princípio, meio e fim”.<sup>7</sup> Apesar da nostalgia pelos curandeiros desaparecidos que anunciavam seus serviços pelos jornais, o fato é que esses curandeiros “governavam” as multidões. Assim, quando vemos o processo de acirramento da atuação do poder público contra as práticas e concepções populares sobre doenças e cura, é de se notar que tais procedimentos abatem através de um corte profundo uma rede de relações pessoais onde a maior parte da sociedade estava inserida.

É uma dessas ironias da história o fato de que ao longo do período retratado, o Estado — seja ele monarquista ou republicano — sempre se impor autoritariamente sobre a sociedade civil, numa forma de dominação e coerção. Em quase todas as tentativas de organização efetiva, o Estado procurou agir prontamente contra tal organismo, seja pela proibição e caça de determinados elementos capazes de fazer emergir algum tipo de organismo, seja pela manipulação e cooptação — como no caso da Guarda Negra do Império —, com a finalidade de esvaziar o movimento.

---

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p. 947.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 948.

<sup>7</sup> GLEDSON, John. *Machado de Assis: BONS DIAS!*. São Paulo, Campinas: Hucitec/Edunicamp, 1990, p. 57.

Com a finalidade de encerrar tal discussão, podemos identificar que, segundo John Gledson, o personagem Policarpo era um antigo relojoeiro que havia perdido o interesse por seu trabalho em função das discrepâncias provocadas por seu objeto de ofício, visto que “os relógios deste mundo não marcam a mesma hora”.<sup>8</sup> Decepcionado com a impossibilidade de não obter precisão em uma tarefa que precisa necessariamente desse requisito, Policarpo opta por se tornar cronista. Como cronista, pode essencialmente se associar à subjetividade e, mesmo tentando tomar partido do lado vencedor, aproximar-se criticamente do universo dos excluídos e constrói uma imagem singular do poder encarnado na figura dos sanitaristas. Ao adotar essa postura, percebemos como a sociedade civil desaparecia em importância diante da força ou mesmo da cooptação do Estado.

Se por um lado Machado aponta para um contexto nacional identificável, em que o povo desorganizado não é capaz de tomar consciência de sua classe diante da força poderosa, reificada e alienante; por outro lado, a entrada de novos sujeitos sociais e as mudanças ocorridas durante o período do final do XIX e início do XX, são capazes de oferecer força crítica que podem ser capazes de delinear uma nova percepção face ao mundo vivido, oferecendo um caminho rico de sugestões e criando um clima de estranheza e distanciamento, dando forma e sentido à profundidade dos conflitos e contradições da vida social.

Por fim, ao observar Machado se ligar dialeticamente ao passado construindo uma contemporaneidade permanente, percebemos que a tensão tradição/ruptura demonstra que não há um determinado ponto de vista privilegiado para a sociedade civil, capaz de levá-la a tomada de consciência, capaz de superar a ordem reificada e alienante.

---

<sup>8</sup> GLEDSON, John. op. cit., 1990, p. 57.

Num nível maior de complexidade, o Conselheiro Aires apenas observa a sociedade de forma inteligente e distanciada, sem criar algum tipo de promessas de felicidade, sonho de uma vida boa ou realização de projetos. Aires observa a coexistência de vários sujeitos sociais sem que os mesmos possam ser portadores de algum tipo de verdade absoluta sem que os mesmos possam direcionar a formação de um pensamento crítico nacional capaz de dar forma aos níveis mais complexos da vida social.